



XIV ANPED-CO

XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

2851 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)
GT 05 - Estado e Política Educacional

AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: REPERCUSSÕES DO IDEB NA VISÃO DOS DIRETORES DE ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE GOIÁS

Viviane Pereira da Silva Melo - UFG - Universidade Federal de Goiás

Lúcia Maria de Assis - UFG - Universidade Federal de Goiás

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não tem

RESUMO

O presente texto apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FE) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e tem como objetivo geral analisar as repercussões das avaliações realizadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e dos resultados do índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB) nas escolas da rede estadual de Goiás na visão dos diretores de escola. A pesquisa buscou identificar as concepções de gestão predominantes nas escolas e como os resultados do IDEB estão sendo conduzidos pelos diretores. Fundamentou-se nos seguintes aportes teóricos: Afonso (2003); Assis (2017); Dias Sobrinho (2003); Freitas (2012); Freitas (2013), dentre outros e contou com uma fase empírica na qual ouviu 519 diretores da rede estadual de Goiás, identificando a sua percepção acerca das políticas de avaliação a sua influência na gestão escolar. Os dados mostraram que os resultados do IDEB são utilizados pelo Estado na definição dos padrões de proficiência para os educandos e funcionam como indicadores de qualidade da educação, reforçando as políticas de controle e regulação em detrimento da valorização dos processos formativos socialmente referenciados.

Palavras-chave: Avaliação, Gestão Escolar, IDEB.

AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: REPERCUSSÕES DO IDEB NA VISÃO DOS DIRETORES DE ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE GOIÁS

RESUMO

O presente texto apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FE) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e tem como objetivo geral analisar as repercussões das avaliações realizadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e dos resultados do índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB) nas escolas da rede estadual de Goiás na visão dos diretores de escola. A pesquisa buscou identificar as concepções de gestão predominantes nas escolas da rede e como os resultados do IDEB estão sendo conduzidos pelos diretores. Fundamentou-se nos seguintes aportes teóricos: Afonso (2003); Assis (2017); Dias Sobrinho (2003); Freitas (2012); Freitas (2013), dentre outros e contou com uma fase

empírica na qual ouviu 519 diretores da rede estadual de Goiás, identificando a sua percepção acerca das políticas de avaliação a sua influência na gestão escolar. Os dados mostraram que os resultados do IDEB são utilizados pelo Estado na definição dos padrões de proficiência para os educandos e funcionam como indicadores de qualidade da educação, reforçando as políticas de controle e regulação em detrimento da valorização dos processos formativos socialmente referenciados.

Palavras-chave: Avaliação, Gestão Escolar, IDEB.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FE) da Universidade Federal de Goiás (UFG) na linha de pesquisa Estado, Políticas e História da Educação. Os resultados se referem à pesquisa intitulada “Avaliação em Larga Escala: Repercussões do IDEB na Visão dos Diretores de Escola da Rede Estadual de Goiás” e teve como objetivo analisar as repercussões do IDEB na gestão escolar da rede estadual de ensino de Goiás na visão dos diretores de escola, buscando compreender como as avaliações em larga escala na Educação Básica foram implementadas no Brasil e como estas estão sendo desenvolvidas na rede pública estadual de Goiás. Assim, este estudo teve como aporte teórico, fundamentado nos seguintes autores: Afonso (2003); Assis (2017); Dias Sobrinho (2003); Freitas (2012); Freitas (2013); Oliveira (2008) dentre outros.

DESENVOLVIMENTO

Esta investigação se justifica como relevante do ponto de vista acadêmico, por proporcionar um espaço de pesquisa e discussão acerca das políticas educacionais adotadas nos últimos anos na rede pública estadual de Goiás e as influências destas no âmbito da escola, em especial na gestão escolar, na visão dos diretores de escola. Outro aspecto preponderante desta pesquisa é sua relevância social para o estado de Goiás, por poder suscitar e fomentar o debate sobre os impactos que a adoção das avaliações externas trouxe às redes de ensino.

A Avaliação da aprendizagem sempre foi pauta de discussão no âmbito da educação escolar, sendo reconhecida como elemento essencial no fazer pedagógico. Para Dias Sobrinho (2003) a avaliação está incorporada ao cotidiano dos professores, estudantes e escolas, definindo-a como patrimônio das instituições educativas. Todavia, com o avanço das políticas neoliberais, a avaliação foi incorporada nas pautas dos governos que, em seus discursos, se referem a gestão pública e a qualidade da educação vinculadas aos resultados de processos avaliativos. Assim, nas palavras de Dias Sobrinho (2003, p.15) “também na educação a avaliação muitas vezes reafirma essa larga tradição de regulação, seleção e hierarquização, seja só no interior das salas de aula ou nos domínios mais amplos da administração pública”.

Desse modo, é preciso considerar a análise e a reflexão sobre as concepções de gestão escolar previstas e instituídas legalmente, bem como as concepções teóricas, considerando as diferentes perspectivas sobre as práticas organizacionais e administrativas das escolas a partir da análise do contexto sociopolítico e cultural, com vistas a delinear quais os desafios são impostos aos diretores de escola, a partir da instituição das avaliações externas em larga escala, em especial, do IDEB.

Para Oliveira (2008), as reformas educacionais dos anos 1990 interferiram nas formas de organização escolar, pois foram criadas novas formas de ensinar e avaliar, que repercutiram diretamente sobre a organização do trabalho no âmbito das escolas. Outros aspectos evidenciados pela autora foram as mudanças nas formas de escolha dos diretores, via eleições diretas, cumprindo assim o disposto no artigo 206 da Constituição Federal de 1988, com princípios democráticos de gestão no ensino público.

Portanto, as concepções de gestão adotadas em cada escola ou sistemas de ensino refletem diferentes visões políticas e sociais, determinando seu compromisso com a conservação ou transformação social no estabelecimento das suas ações e atividades educativas. Desta forma, essa pesquisa tem por objetivo analisar os mecanismos e instrumentos das avaliações em larga escala da educação básica, em especial do IDEB, e sua interferência na gestão escolar, quando utilizados como mecanismos de controle e de indução da visão de mercado no sistema educativo, pois “uma consequência destas políticas é o estreitamento do currículo escolar (...). Quando os testes incluem

determinadas disciplinas e deixam outras de fora, os professores tendem a ensinar aquelas disciplinas abordadas nos testes.” (FREITAS, 2012, p. 389).

Segundo Dias Sobrinho (2003) essa política educacional vem definindo e acentuando os processos de controle e regulação tanto nas próprias escolas quanto na administração pública, deixando de ser um instrumento de diagnóstico e acompanhamento do processo ensino aprendizagem para ser um instrumento de controle, voltado para uma gestão de resultados, com funções reguladoras e classificatórias.

Nas palavras deste autor:

também na educação a avaliação muitas vezes reafirma essa larga tradição de regulação, seleção e hierarquização, seja só no interior das salas de aula ou nos domínios mais amplos da administração pública. Tão arraigados estão os conceitos de seleção, medida e classificação nos processos avaliativos que, por vezes, quase chegam a definir a própria avaliação. (DIAS SOBRINHO, 2003, p.15).

Nesse sentido alguns conceitos arraigados ao processo de avaliação prevalecem no âmbito das escolas e da própria gestão da sala de aula, pois enfatizam a seleção e classificação, tanto de estudantes, como de escolas. Nesse contexto as políticas de avaliação em larga escala, implantadas no Brasil a partir de 1988 vieram delineando e influenciando as práticas de gestão escolar. Para Freitas (2013)

no ano de 1988, foi apresentada ao Ministério da Educação (MEC) a proposta de criação do Sistema de Avaliação do Ensino Público de Primeiro Grau (SAEP).(...) A proposta do SAEP culminou na criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), cujo primeiro levantamento ocorreu em 1990 (...). (FREITAS, 2013, p. 73).

Nota-se que o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, surge com o objetivo de avaliar os sistemas educacionais da educação básica, inicialmente amostral e, em 2005, passou a ser censitário com a instituição da Prova Brasil. A este respeito Freitas (2013) pondera que utilizando os mesmos recursos do SAEB, a Prova Brasil permitiu ao governo federal acrescentar a avaliação de sistemas educacionais à avaliação de desempenho de escolas públicas urbanas de ensino fundamental. Adotando a metodologia de aferição quase censitária, essa prova passou a oferecer dados por turma, escola, redes escolares, municípios, estados e país. (FREITAS, 2013, p. 74). Portanto, a partir de 2005, com a instituição da Prova Brasil e a forma de mensuração de resultados divulgados, conforme Freitas (2013), fomentou-se comportamentos orientados para a comparação, competição, premiação e punição, que geram uma política educacional para eficiência e eficácia na gestão educacional, estabelecendo novas formas de regulação educacional, centrada em resultados. Diante deste atual cenário, considera-se importante pesquisar como a adoção desta política vem influenciando a gestão escolar na rede estadual de Goiás.

Estudos recentes já mostram que o estabelecimento do IDEB trouxe impactos na gestão escolar, sobretudo ao relacionar a qualidade da educação às notas alcançadas no IDEB, mecanismo previsto no atual Plano Nacional de Educação 2014/2024. Para Assis (2017)

neste sentido, ao vincular o acompanhamento e a promoção da qualidade da educação no Brasil aos indicadores de desempenho dos estudantes mensurados pelo Ideb, o PNE reforçou uma política de matriz neoliberal, que promove a classificação e o ranking das escolas, desresponsabiliza os governos quanto ao seu protagonismo no investimento de esforços para a solução dos problemas detectados e induz os profissionais da educação a uma atitude de permanente alerta quanto aos resultados do índice. (ASSIS, 2017, p.11).

No entendimento da autora, com o estabelecimento deste índice, a qualidade da educação no Brasil passou a ser medida pelo resultado obtido no IDEB, o que induz as escolas a adotarem medidas para melhorar o seu desempenho. Tais medidas incluem, por exemplo, a reorganização dos currículos, adaptando-os aos conteúdos avaliados na Prova Brasil. A esse respeito, Freitas (2012, p. 389) atribui a adoção desta política pelo Estado às influências do que ele denomina de “reformadores empresariais” que “ratificam o currículo básico, mínimo, como referência”, provocando um reducionismo ou estreitamento curricular, em que as redes de ensino passam a focalizar os conteúdos trabalhados nas matrizes de referência propostas das avaliações externas. Passou-se a ensinar o que será avaliado ao

invés de avaliar o que foi ensinado. Esta inversão tem provocado mudanças importantes no cotidiano escolar, conforme este estudo mostrará mais adiante.

É neste contexto que esta comunicação apresenta o resultado da pesquisa empírica proveniente dos dados obtidos com a aplicação do questionário a todos os diretores de escolas da rede estadual de Goiás, com mais de 50% de respondentes, cujo objetivo foi aprender as repercussões do processo de avaliações externas, em especial do IDEB, na gestão escolar. O questionário foi aplicado/enviado a todos os diretores da rede estadual e apresentou sete perguntas de múltipla escolha. A oitava questão corresponde a um espaço aberto para que o diretor pudesse expor suas dúvidas, críticas e/ou sugestões sobre sua visão e percepção referente às avaliações externas e o IDEB, bem como suas possíveis relações com a gestão escolar. Dos 519 questionários respondidos houve 216 respostas a esta pergunta, o que representa um percentual de 41% do total.

Diante das questões analisadas, 68,5% dos diretores consideram possuir pouca uma autonomia, principalmente por terem que adotar os projetos e materiais produzidos especificamente em preparação dos alunos para a Prova Brasil, limitando assim sua autonomia pedagógica e alterando a estrutura curricular da escola. Outro aspecto evidenciado por 35% dos diretores foi que com as políticas de avaliação externas houve alteração na gestão pedagógica, influenciando o trabalho dos professores, por terem que incorporar as Matrizes de Referência destas avaliações, além de executar os projetos instituídos pela Seduce e trabalhar com materiais apostilados, como os Cadernos Aprender Mais, os quais priorizam os descritores avaliados.

Entre os dados pesquisados, 49,4% dos diretores afirmaram que o IDEB provocou mudanças na gestão escolar por meio das ações da Seduce com projetos específicos para as turmas avaliadas, no sentido de promover a melhoria do desempenho dos alunos nas provas, o que foi relatado nas questões abertas do questionário ao falarem que nos anos das avaliações há uma intensificação do trabalho em prol destas avaliações e que os alunos são treinados para fazerem as provas, assim a preocupação da Seduce não é a proficiência (aprendizagem) e sim o resultado do IDEB, a ser alcançado por cada escola e pelo estado.

Neste contexto, de priorização dos conteúdos avaliados, expressos nas Matrizes de Referência destas avaliações 59,8% dos diretores afirmaram que a escola prioriza o trabalho com os descritores, pois todo o material elaborado e desenvolvido pela Seduce traz especificamente atividades que contemplam estes descritores, induzindo a uma redução do currículo ao que é cobrado nos exames nacionais do IDEB. Outro aspecto mencionado por 70,2% dos diretores é que as ações desenvolvidas pela Seduce têm o propósito de avaliar os alunos por testes padronizados em preparação para as avaliações externas e que os diretores são os principais responsáveis para que estas ações tenham êxito. A política de controle e de responsabilização impostas às escolas estaduais é expressa por 31,2% dos diretores ao dizerem que a divulgação dos resultados do IDEB, por escola, contribuiu para estimular os professores e os gestores a trabalharem no sentido de atingirem as metas estabelecidas pela Seduce, assim este promove a competitividade entre escolas e o ranqueamento das redes.

Os dados analisados ao longo deste estudo mostram que na visão dos diretores há uma interferência na gestão escolar advindas da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte no sentido de induzir práticas que possibilitem atingir as metas do IDEB, assim expressas e sintetizadas a seguir:

| Proposições do Questionário aplicado aos diretores | Porcentagem % |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| Os gestores da rede estadual de Goiás possuem autonomia relativa para gerir a escola uma vez que estão sujeitos às diretrizes propostas pela Secretaria de Estado da Educação Cultura e Esporte - Seduce /Goiás. | 68, 5% |
| Considero que a adoção destas avaliações interferiu na gestão pedagógica escolar, influenciando a ação docente em sala de aula. | 35, 1% |
| Considero que com a adoção destas avaliações houve mudanças nos conteúdos curriculares, com ênfase nos descritores avaliados na Prova Brasil. | 35, 9 % |

O IDEB provocou mudanças na gestão escolar por meio da indução de várias ações/projetos pela Seduce junto às turmas avaliadas, no sentido de promover a melhoria do desempenho dos alunos nas provas. 49, 4%

A divulgação dos resultados do IDEB por escola contribuiu para estimular os professores e os gestores a trabalharem no sentido de atingirem as metas estabelecidas pela Seduce. 31, 2%

Com o objetivo de atingir as metas projetadas a Seduce implementou vários projetos que visam avaliar a proficiência dos alunos por meio de testes padronizados e os diretores são os responsáveis pelo seu desenvolvimento com êxito. 70, 2%

A escola priorizou o trabalho com os descritores das Matrizes de Referência, trabalhando com projetos específicos instituídos pela Seduce. 59, 8%

Fonte: Questionários dos Diretores

Enfim, esta pesquisa permite constatar que na visão dos diretores da rede estadual de Goiás, as avaliações externas e o IDEB vêm interferindo e repercutindo na gestão escolar, pois ao priorizar os conteúdos expressos nas Matrizes de Referência, em suas diretrizes, ações, projetos e materiais elaborados, a Seduce instaura uma política de responsabilização do diretor quanto ao resultado alcançado por cada escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, ao finalizar esta investigação constata-se que na visão dos diretores da rede estadual de Goiás, os resultados das avaliações externas vêm repercutindo na condução da gestão escolar, por terem sua autonomia comprometida e limitada, principalmente no sentido de serem induzidos a executarem ações que levem a uma melhor classificação das escolas com base nos resultados do IDEB. A adoção de material apostilado da rede como os Cadernos Pedagógicos e a Avaliação Diagnóstica da Aprendizagem (ADA) alteraram as propostas curriculares das séries/ anos avaliados, priorizando as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, o que Freitas (2012) intitula de reducionismo curricular ou ratificação do currículo básico.

Diante da pesquisa teórica realizada, da análise das respostas do questionário e das respostas à questão aberta concluiu-se que existe uma política de responsabilização dos diretores quanto ao resultado alcançado pelas escolas, ao se constatar que a Seduce divulga os resultados do IDEB por meio do ranqueamento de escolas, pagamento de bonificações, exposição de placas com os resultados obtidos e no desenvolvimento de ações específicas nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Este cenário parece seguir uma agenda de governo pautada nos princípios neoliberais, de Estado mínimo, de currículo mínimo e formação mínima de modo a atender às demandas específicas dos setores privados mercantis em detrimento da promoção de políticas educacionais socialmente referenciadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Lúcia Maria de. **A Avaliação e o Plano Nacional de Educação: concepções e práticas em disputa**. In DOURADO, Luiz Fernandes. (org.). PNE 2014/2024: avaliação e perspectivas. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2017.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação 2014/2024** (recurso eletrônico): Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Série Legislação; n.125.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2013.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **Avaliação da educação básica no Brasil: Características e pressupostos**. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A TAVARES, Marinalva R. (Orgs). Ciclo em Debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, origens e pressupostos.

Florianópolis: Editora Insular, 2013.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação.** In: *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.jun. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000200004. Acesso em: 05.mai.2017.

OLIVEIRA, Dalila A. **Mudanças na Organização e na Gestão do Trabalho na Escola.** In: *Política e Gestão da Educação* /organizado por Dalila Andrade Oliveira e Maria de Fátima Félix Rosar. -2ª ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.